CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAPHAELLA MACIEL DUARTE

EXPERIÊNCIA DO ALUNO DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR: IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Juazeiro do Norte
2020

RAPHAELLA MACIEL DUARTE

EXPERIÊNCIA DO ALUNO DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR: IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

RAPHAELLA MACIEL DUARTE

EXPERIÊNCIA DO ALUNO DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR: IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Me. Cícero Reginaldo Nascimento Santos
Orientador

_____

Me. Moema Alves Macedo
Avaliadora

_____

Me. Tiago Deividy Bento Serafim
Avaliador

EXPERIÊNCIA DO ALUNO DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR: IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Raphaella Maciel Duarte[1]
Cícero Reginaldo Nascimento Santos[2]

RESUMO

Este estudo discute sobre as implicações psicológicas relacionadas ao período de preparação em cursos pré-vestibulares. Nesse contexto, completada a formação escolar básica o estudante deveria estar habilitado com atributos fundamentais para o prosseguimento dos estudos. Todavia, a educação básica de qualidade, embora seja direito de todos e dever do Estado, não tem sido garantida para toda a população brasileira, nem mesmo a quantidade de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas é suficiente. Por isso, muitos dos alunos que pretendem se submeter aos exames de admissão em uma IES precisam adicionar mais tempo de estudo em cursos pré-vestibulares. Desse modo, foi objetivo deste estudo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, compreender a experiência do aluno pré-vestibulando e verificar se para ele há implicações psicológicas decorrentes dessa vivência. Foi observado, portanto, que de fato, durante o período de preparação para os exames vestibulares, os alunos são expostos a fatores de risco capazes de gerar sofrimentos e adoecimentos psíquicos, mas que muitas vezes são invisibilizados e negligenciados devido à escassez de discussões e de intervenções fundamentadas teoricamente.
Palavras-chave: Pré-vestibular. Aluno de cursinho. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This study discusses the psychological implications related to the preparation time in pre-university courses. Within this framework, completed the basic schooling, should the student be empowered with fundamental skills for further studies. Albeit a right for all and a state duty, the quality of Basic Education has not been ensured for all the Brazilian population, nor is enough the number of spots in Higher Education Institutions (HEI). For this reason, many students that intend to undergo the required admission exams in an HEI need additional study time in pre-university courses. Thus, it was the object of this study to understand the pre-university student, from a literature review, and establish if psychological implications are arising from this experience. Therefore, been observed that during the preparation time for college entrance exams, the students are exposed to risk factors capable of producing hardships and psychological distress, but which are many times ignored and neglected due to scarceness of discussion and theoretically informed intervention.
Keywords: Pre-university courses. Pre-university student. Psychological distress.

[1]Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: raphaellamacielduarte@gmail.com
[2]Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: ciceroreginaldo@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, completada a formação escolar básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), o estudante deverá estar habilitado com atributos primários para o trabalho e para a cidadania. No que se refere especificamente ao ensino médio, está entre os seus objetivos a viabilização de condições de prosseguimento de estudos, sendo o ingresso na educação superior uma dessas possibilidades de aperfeiçoamentos posteriores. (BRASIL, 1996).

Sabe-se que a educação escolar básica de qualidade é direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado (BRASIL, 1988). Entretanto, a maioria dos alunos que concluem o Ensino Médio em instituições públicas não demonstra ter alcançado aprendizagem adequada (BRASIL, 2020d). Assim, além de indicar a deficiência da nação em educar, essa situação também evidencia a ausência de condições de equidade para a continuação dos estudos no Ensino Superior, até mesmo porque, a participação em processo seletivo é uma exigência para o ingresso.

De fato, são muitos os fatores que se impõem como barreira à democratização da Educação Superior. Destacam-se, entre esses entraves, as dificuldades de acesso devido ao efeito de classe, em que as chances de ingresso são significativamente inferiores para pessoas com menor acúmulo de capital econômico e cultural. Situação que piora se o interesse e a necessidade dessa parcela da população for o ingresso na rede pública de ensino superior, em que a quantidade de oferta de vagas é demasiadamente inferior em comparação à rede privada (TRIGUEIRO, 2019). De acordo com notas estatísticas do Censo da Educação Superior de 2019, menos de 12% do total de IES são da rede pública e a sua participação no total de vagas oferecidas é de apenas 5,1% (BRASIL, 2020c).

Desse modo, sendo as vagas para as universidades públicas tão restritas, o acesso do estudante se torna extremamente difícil e competitivo, podendo demandar dele, quando possível, a adição de mais tempo de estudos, quando não, a renúncia do desejo e a elaboração de condições de suporte para lidar com (mais) essa violência social (GOMES; TAYLOR; SARAIVA, 2018). Logo, pode-se compreender o curso pré-vestibular como uma estratégia dos candidatos para o enfrentamento dessas problemáticas (WHITAKER, 2010). Entretanto, pesquisas apontam

evidências de que, durante o período de preparação para o vestibular, o estudante é submetido a situações de sofrimento intenso, com desgastes emocional e físico (DIAS et al., 2020; PELAZZA et al., 2020; SHONHOFEN, 2020).

Por isso, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se reconhecer as implicações psicológicas vividas por alunos que demandaram pela capacitação em cursos pré-vestibulares. No que tange à justificativa biográfica, consta a experiência de estágio supervisionado. Isso porque, nos últimos quatro períodos da graduação em Psicologia, entre outras atividades, desenvolvi o trabalho de plantonista e de escuta de alunos em um curso pré-vestibular do interior do Ceará e, desse trabalho, surgiu a inquietação por saber mais a respeito da particularidade da vivência desse público. Além disso, eu mesma já fui aluna de cursos pré-vestibulares na intenção de ampliar as minhas chances de ingresso em uma IES. Ainda que as estatísticas apontassem que a probabilidade disso acontecer fosse ínfima para uma estudante da escola pública, mulher, pobre, com domicílio no Nordeste e filha de pais analfabetos, estive por anos estudando em cursos pré-vestibulares e vivenciando intimamente muitas das implicações psicológicas apontadas na literatura que aqui será discutida.

Agrega-se a isso o fato de não existirem muitos trabalhos científicos a respeito da temática (SCHONHOFEN et al., 2020). Todavia, é importante a produção de informações e conhecimentos sobre as repercussões éticas, sociais e emocionais da experiência vivida pelos alunos de cursos pré-vestibulares, visto a importância de haver melhor fundamentação das intervenções da Psicologia nesse contexto. Portanto, partiu-se do seguinte problema de pesquisa: “Há implicações psicológicas em alunos de cursos pré-vestibulares?”.

Nesse sentido, objetivou-se com este trabalho compreender a experiência de ser aluno de curso pré-vestibular. Para tanto, também foram propósitos da pesquisa: discutir a respeito das condições de acesso ao ensino superior a partir da contextualização atual da educação no Brasil; compreender o perfil desse estudante e do seu processo formativo, incluindo a realidade pré-vestibular e; descrever e discutir as implicações psicológicas relacionadas à experiência de ser aluno de curso pré-vestibular.

Esta produção é de cunho bibliográfico, em que foram considerados artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e dados oficiais do Governo, acessados no período de seis de agosto a dezenove de novembro de

2020, como documentação indireta para a coleta de informações. Os critérios de inclusão foram: artigos e documentos escritos em Português, com disponibilidade de texto completo em suporte eletrônico, publicados nos últimos dez anos. Já o critério de exclusão foi: publicações que não apresentam vinculações com o debate da Psicologia. No que diz respeito à finalidade do trabalho, classifica-se como descritivo exploratório de abordagem qualitativa, pois se ocupa em identificar e descrever as implicações psicológicas em alunos de cursos pré-vestibulares, e em promover a ampliação do conhecimento a respeito desse fenômeno.

2 CONTEXTO ATUAL DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou o surto de COVID-19 em vários países como pandemia e uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Nesse sentido, buscou-se estimular a cooperação da sociedade para interromper a propagação do vírus (coronavírus) causador da doença. Uma das medidas de biossegurança adotada globalmente foi a interrupção temporária das aulas presenciais devido a necessidade de minimizar o máximo possível a transmissão da COVID-19 via contato com pessoas, superfícies e objetos contaminados (OMS/OPAS, 2020).

No Brasil não foi diferente, as instituições públicas e privadas de ensino básico e superior precisaram fechar provisoriamente. Essa medida exigiu novas organizações desses estabelecimentos. A rede privada, em sua maioria, rapidamente substituiu as aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto que na rede pública grande parte dos alunos ficou em casa sem a presença da escola ou da universidade. Tal situação evidencia uma realidade lastimável de vulnerabilidade social, visto que, se em 99% dos domicílios da classe A é possível o acesso à internet, nos domicílios das classes D e E apenas 40% têm o mesmo privilégio (BRASIL, 2020d).

De fato, a pandemia Covid-19 tem ocasionado mudanças significativas nos modos de relação entre as pessoas em todos os âmbitos, e a população em situação de maior vulnerabilidade social é a mais gravemente prejudicada. Entretanto, mais do que criar novos ajustes nas condutas sociais, a pandemia explicita crises graves que já existiam, mas tendiam passar despercebidas (SANTOS 2020). Além das óbvias consequências negativas e da comoção deste momento, é

necessário perceber que a pandemia de COVID-19 não traz apenas novos imperativos de adaptação, mas escancara desigualdades estruturais da sociedade. Por exemplo, ao serem analisados dados publicados no Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2020, fica evidente que o sistema escolar do País reproduz diversas injustiças sociais, principalmente se a observação for atenta aos recortes por região, renda e raça/cor (BRASIL, 2020d).

Afinal, dos alunos que concluíram o ensino médio até os 19 anos em 2017, estima-se que apenas 29,1% tiveram aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e não mais que 9,1% em Matemática. E, ainda, se for considerada apenas a rede de ensino pública, essas porcentagens caem para, respectivamente, 22,7% e 4%, em contrapartida, na rede privada ocorre o oposto, e os índices crescem para, respectivamente, 67,5% e 39,3%. Se o recorte for de raça/cor e localidade, também se evidencia a situação de iniquidade, em que as porcentagens ficam acima da média brasileira para alunos brancos (40,8% e 16%, respectivamente) e para a população urbana (29,8% e 9,3%, respectivamente), mas ficam abaixo para alunos pretos (21,7% e 4,1%) e para a população rural (13% e 2,4%) (BRASIL, 2020d).

Outro problema da educação escolar brasileira são as taxas de abandono e distorção idade-série. Em 2019, três a cada dez alunos matriculados na primeira série do Ensino Médio estavam em situação de atraso de dois ou mais anos na trajetória escolar, e, mais uma vez, ao se considerar o recorte de renda, fica evidente a ausência de equidade do sistema, sendo 36,7 pontos percentuais a diferença entre a taxa de conclusão do Ensino médio na idade recomendada entre os 25% de alunos mais ricos e os 25% de alunos mais pobres (BRASIL, 2020d).

Além disso, no mesmo ano, dos jovens de 15 a 17 anos, que estavam entre os 25% mais ricos, 90,8% haviam se matriculado no Ensino Médio, enquanto que dos jovens da mesma idade que estavam entre os 25% mais pobres, apenas 61,8%. E também, de cada cem alunos que ingressaram no Ensino Médio, apenas 65 concluíram essa etapa da educação escolar aos 19 anos, entretanto, esse número cresce consideravelmente se o aluno for rico (87,9), branco (75) e residir na área urbana (67,9), e, mais uma vez, fica abaixo da média nacional, que já é considerada baixa, se o aluno for pobre (51,2), preto (58,3) e residir na área rural (48,3) (BRASIL, 2020d).

Ainda na mesma linha de raciocínio de comparação entre os índices da população mais rica e mais pobre, branca e preta, urbana e rural, os dados a respeito do Ensino Superior brasileiro igualmente, ou até mais gravemente, expressam desigualdades, inclusive porque esses índices são decorrentes também daqueles obtidos na educação escolar básica. Em 2019, por exemplo, a porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentavam o Ensino Superior era somente 21,5%, mas, para os jovens da mesma idade que estavam entre os 25% mais ricos era 45,9%, que foram considerados brancos era 29,8 e que residiam na região urbana era 23,7%, enquanto que para os que estavam entre os 25% mais pobres era 10,7%, que foram considerados pretos era 16,6% e que residiam na região rural era 7,7% (BRASIL, 2020c).

Portanto, a ausência de recursos tecnológicos nos domicílios, evidenciada durante a pandemia de covid-19, é apenas um dos fatores de exclusão social que o sistema escolar brasileiro tem reproduzido ao longo da sua história. Desse modo, ainda que a pandemia tenha feito notar esse tipo de situações, são poucas as excepcionalidades. O que de fato salta aos olhos são os resultados de uma história fundada a partir da lógica da concentração de riqueza, com repercussões diretas no acesso à educação (PINTO, 2019), e que faz ser possível afirmar que o acesso ao Ensino Superior brasileiro não é igualmente fácil para todos.

Atualmente, o Ensino Superior no Brasil é ofertado nas modalidades presencial e Ensino a Distância (EAD). Quanto à natureza jurídica de suas mantenedoras, elas podem ser públicas, mantidas e administradas pelo poder público (classificadas em federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal), e podem ser privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.

O ingresso nas Instituições de Ensino Superior ocorre por meio de processo seletivo, em que os exames vestibulares são os mais tradicionais (GOMES, TAYLOR; SARAIVA, 2018). Todavia, desde 2009 o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que inicialmente tinha apenas o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica, também passou a ser uma das formas de acesso ao Ensino Superior (BRASIL, 2020a). Dessa forma, o candidato que pretende cursar uma graduação de nível superior deve ter não apenas concluído a educação básica, mas também submeter-se a avaliações para

que se ateste que para ele o ensino médio foi efetivo no seu objetivo de fornecer meios de prosseguimento dos estudos.

Além disso, o Enem também passou a ser uma via pela qual os candidatos podem obter certificação de conclusão do Ensino Médio. Para tanto, é necessário que se alcance, no mínimo, 450 pontos em cada uma das quatro áreas do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias) e 500 pontos na prova de redação. Segundo o Relatório Pedagógico Enem 2011 - 2012, mais da metade da população geral não conseguiu essa pontuação, ou seja, muitos dos candidatos que já possuíam a certificação de conclusão do Ensino Médio também não conseguiram essa pontuação (BRASIL, 2015), demostrando que, para essas pessoas, a Educação Básica não foi capaz nem mesmo de garantir condições adequadas de conclusão dessa etapa dos estudos, podendo-se inferir que, provavelmente, também não foi eficiente na proposta de favorecer condições adequadas de prosseguimento, já que a sistematização da educação brasileira é sequencial.

Já em 2019, a proficiência média dos participantes no Enem foi 592,9 pontos (BRASIL, 2020b). Todavia, não foram encontrados dados oficiais sobre o percentual de cursos de graduação superior em que essa pontuação foi suficiente para o ingresso. Ainda que sites[3] de conteúdos voltados ao assunto Enem informem que para a maioria dos cursos de graduação a nota de corte (referente à nota do último aprovado na classificação final realizada em processo seletivo) foi superior a 600 pontos, não é possível afirmar sobre a efetividade ou não da média da proficiência obtida em 2019 para a classificação dos candidatos. Por outro lado, sabe-se que as notas de corte de cursos de maior concorrência são bem maiores, por exemplo, para o curso de medicina na Universidade Federal do Cariri (UFCA), de acordo com o resultado final compilado do processo seletivo, a nota foi 778,42 (UFCA, 2019) e para Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com a lista de convocados na 1ª chamada, a nota de corte foi 901,5 (UFRN, 2019).

Esse contexto de ineficiência da educação básica em favorecer o ingresso dos estudantes no Ensino superior tem prejudicado o processo de ascensão social

[3] Por exemplo: https://www.mundovestibular.com.br/ e https://descomplica.com.br/sisu/.

da população em situação de maior vulnerabilidade. Pesquisas mostram que, no contexto brasileiro de 2019, com cerca de 75% dos jovens de 18 a 24 anos em atraso ou que abandonaram os estudos devido, principalmente, a necessidade de trabalhar, a conclusão de um curso de nível superior aponta para uma maior possibilidade de retorno salarial, sendo a renda em torno de três vezes maior que o daqueles com somente o ensino médio completo e seis vezes maior que a renda dos trabalhadores sem instrução (IBGE, 2020).

Em contrapartida, a taxa de ingresso no nível superior é maior entre os alunos oriundos da rede privada e que têm maior poder aquisitivo. Além disso, a graduação em ensino superior amplia as possibilidades de empregabilidade. Dados do IBGE mostram que quanto menor a escolaridade, maior a taxa de desemprego, por exemplo, o índice total de desocupação em 2018 foi 11,8%, mas entre a população com ensino médio completo era 13% e entre as pessoas com nível superior completo 6,2%. Por isso, não fosse o Brasil um país com tantas injustiças e violações sociais, o ingresso no ensino superior poderia ser uma possibilidade concreta para aqueles que buscam entrar no mercado de trabalho e ascender financeiramente (IBGE, 2018).

De fato, historicamente a rede de Educação Superior do Brasil é marcada pela reprodução das desigualdades presentes na sociedade. Ainda que em alguns períodos seja possível observar a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino Superior, as chances de ingresso permanecem significativamente menores para pretos ou pardos; para residentes de área rural, para moradores das regiões Norte ou Nordeste; para filhos de trabalhadores manuais não qualificados e; para pessoas de classes econômicas mais baixas, com menor acumulo de capital (SALATA, 2018)

A democratização do acesso ao Ensino superior se torna ainda mais precário quando, de acordo as notas estatísticas do Censo da Educação Superior de 2020, em 2019, somente 11,6% das Instituições de Ensino Superior (IES) eram públicas (2,3% federais, 5,1 estaduais e 2,3 municipais) e a participação da rede privada no total de vagas oferecidas era 94,9% (BRASIL, 2020c). Dessa forma, as vagas das IES públicas são escassas, principalmente em cursos de maior prestígio, e, por isso, os índices de concorrência se tornam altos. Além disso, as vagas são disputadas por pessoas de todas as classes sociais, tornando o processo ainda menos equitativo, ao reduzir as chances de acesso daqueles que vivem em situação de maior

vulnerabilidade, ainda que políticas afirmativas tenham sido implementadas (SALATA, 2018).

Nessa perspectiva, o curso pré-vestibular (também conhecido como cursinho) aparece como uma anomalia que atesta o fracasso do sistema escolar em preparar o jovem para o vestibular, visto que a maior porcentagem de pessoas que ingressam no ensino superior é advinda de cursos pré-vestibulares (WHITAKER, 2010). Inclusive, também se faz necessário discutir como o pré-vestibulando oriundo de curso preparatório vive essa experiência e pode estar suscetível a situações de sofrimento intenso, capazes de predispor prejuízos em áreas importantes das suas vidas.

3 O CURSO PRÉ-VESTIBULAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A origem dos cursos pré-vestibulares praticamente coincide com a origem dos exames vestibulares. Em 1910 foram criados os exames de admissão para o Ensino Superior brasileiro, que em 1915 passaram a ser chamados de exames vestibulares. Em 1920 o número de candidatos nesses exames ultrapassou a quantidade de vagas ofertadas e, a partir disso, foram criados cursos de revisão e ampliação de conhecimento de acordo com os conteúdos avaliados nas provas vestibulares, sendo esse o princípio dos cursinhos (WHITAKER, 2010).

Atualmente, o número de candidatos, para muitos cursos, continua maior que a quantidade de vagas ofertadas. Dados publicados em 2011 marcavam que a relação entre o número de candidatos e de vagas nas universidades brasileiras era 1,46, e quando foram consideradas somente as universidades públicas, a relação passou a ser 5,92 (TARGINO, 2011). Já em 2020, na Universidade de São Paulo, a razão candidato/vaga para o curso de medicina foi igual a 154,6 (FUVEST, 2020), na Universidade Estatual da Paraíba foi igual a 765,22 (UNEB, 2020) e na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas foi igual a 166,24 (UNCISAL, 2020).

Portanto, permanecem conservadas as intenções dos cursinhos, afirmadas por Whitaker (2010), de: (1) preparar os alunos para as altas concorrências nos processos de admissão e (2) minimizar a deficiência da educação básica brasileira em preparar os alunos para os exames vestibulares. Fato esse que se evidencia também ao ser observado o cursinho como uma condição quase indispensável para o acesso ao Ensino superior, visto que os índices de sucesso em vestibulares, tanto

para os alunos que concluíram a Educação Básica em escolas públicas, quanto nas escolas privadas, são maiores para quem realizou pelo menos um ano de curso, e, para as graduações de maior prestígio, na maioria das vezes, são necessários pelo menos dois anos de curso.

Atestam-se, nesse ponto, os estados de falência (ainda que em níveis extremamente desiguais) que ocorrem nas redes privada e pública de educação básica. Valendo-se aqui recapitular que, por exemplo, segundo o Censo da Educação Básica publicado em 2020, em 2017 a aprendizagem em Matemática foi insuficiente para 60,7% dos alunos da escola particular e para 96% dos alunos da escola pública (BRASIL, 2020d), ou seja, há uma precarização em ambas as redes, sendo que na pública a deterioração é extremamente mais agravada, assim como o acesso ao ensino superior é para os seus alunos profundamente mais difícil e, frequentemente, improvável de acontecer.

Contudo, a existência paralela ao ensino oficial brasileiro dos cursos pré-vestibulares não é um lugar, geralmente, de obtenção de uma educação de qualidade. Apesar de apresentar-se como um fator de sucesso para os vestibulandos que deles podem usufruir, o cursinho é local de reprodução de uma pedagogia desvinculada da reflexão crítica e sem o tempo necessário à consolidação do conhecimento, e os professores, ao mesmo tempo em que investem dedicação ao auxílio de seus alunos no sonho de ingresso no Ensino superior, também fundamentam as suas práticas naquilo que Paulo Freire (1987) intitulou de educação bancária, ou seja, por meio da memorização por repetição, os professores se apresentam como os detentores do saber, o depositante, e aos alunos resta o papel passivo do depositário (WHITAKER, 2010).

Portando, ainda que o cursinho não faça parte da trajetória escolar oficial, ele é em muitas situações considerado como uma etapa necessária ao estudante que pretende ingressar no Ensino Superior. Logo, assim como Whitaker (2010) discute, o curso pré-vestibular ocupa no sistema educacional uma posição marginal e ao mesmo tempo quase institucionalizada pela classe média que dele pode usufruir.

4 IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DE ALUNOS DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR

As altas taxas de concorrência, a pressão sofrida pelos estudantes, a base escolar precária e o elevado índice de fracasso nos vestibulares fazem com que os

estudantes precisem lidar com situações extremamente estressoras e ansiogênicas, demandando, muitas vezes, repetir o processo de preparação em cursos pré-vestibulares por vários anos até alcançar a vaga preferida, ou desistir dela em virtude de, por exemplo, fracassar no vestibular da instituição pública e não ter condições financeiras de estudar em uma instituição privada, nem de dedicar mais tempo à preparação. Por isso, não se pode ignorar o impacto desse processo na saúde mental desses estudantes, e as situações de sofrimentos psíquicos que ele pode acarretar (SOUZA; TEIXEIRA, 2016; SANTOS et al., 2017).

Nessa perspectiva, o momento de preparação para os processos seletivos das IES pode ser para os candidatos um estressor de grande impacto à saúde mental (SOUZA, 2016 et al., 2020; PELAZZA et al., 2020; SHONHOFEN, 2020). Identifica-se nessa população até mesmo a ocorrência de altas taxas de depressão, compulsão alimentar e distúrbios do sono (ROCHA, 2010), bem como de crises de ansiedade, estresse em fases avançadas e cefaleia (SANTOS et al., 2017). Portanto, a evidência desses dados denuncia a necessidade de se destinar atenção e cuidado ao pré-vestibulando partindo-se da compreensão das particularidades das suas experiências e de uma fundamentação teórica consistente para, assim, haver o desenvolvimento de intervenções eficazes nesse contexto (FARIA; WEBER; TON, 2012; DAOLIO; NEUFELD, 2017; DIAS et al., 2020;).

Desse modo, é valido observar que no período que antecede as provas vestibulares as incertezas e instabilidades emocionais não se dão apenas em decorrência das dificuldades de acesso ao Ensino Superior, há também fatores relacionados à fase do desenvolvimento que a maioria dos candidatos se encontra, a saber, a adolescência. Nessa etapa da vida, os jovens, ainda em processo de amadurecimento, são convocados a responder questões consideradas socialmente importantes, como a escolha da carreira, da universidade e de submeter-se ou não a um exame vestibular, sendo frequente ter vinculada a essa demanda a presença de medo, ansiedade, depressão e, por conseguinte, de problemas na escola (DIAS et al., 2020).

O adolescente, que decide se candidatar a uma vaga em um curso de graduação superior, matriculado em um cursinho pré-vestibular, encontra-se em alguns limiares, por exemplo, não é mais uma criança, mas também ainda não é um adulto; não é mais um estudante do Ensino Médio, mas também ainda não é um universitário. Nessas fases de transições ocorrem rupturas nas identidades já

conhecidas, e que podem ser vividas com tamanha angústia e ansiedade, ao ponto de serem comparados à situação de morte e invisibilidade. Nesse sentido, não raramente o vestibular interfere na vida emocional desses jovens, até mesmo porque, embora o vestibular possa ser compreendido como uma forma de acesso ao Ensino Superior, ele também pode ser percebido como uma barreira, não apenas a esse acesso, mas também à obtenção de uma identidade que substitua a perdida (LEVENFUS, 1997; ROCHA, 2010; SANTOS et al., 2017; DAOLIO; NEUFELD, 2017).

Além disso, os alunos em curso pré-vestibular são geralmente submetidos a rotinas intensas de estudos e sofrem pressões sociais e familiares pela aprovação. Nota-se que nesse período é comum o aparecimento de sentimentos como frustração e sensação de incapacidade vinculados ao medo da reprovação, principalmente para aqueles com mais de três anos de curso pré-vestibular, em que essas perturbações não só aparecem mais intensamente, como também predispõem esses adolescentes a maiores chances de desenvolvimento de quadros de estresse em fases avançadas, com sintomas de exaustão, ansiedade e depressão (SANTOS et al., 2017; DIAS et al., 2020).

Daolio e Neufeld (2017) são pesquisadoras que corroboram com essa análise e adicionam à discussão a compreensão de que, nos momentos que antecedem as provas de vestibulares, muitos candidatos experimentam insônia, tensão, irritabilidade, desânimo, dificuldade de aprendizagem e impaciência. As autoras também afirmam que, na maioria das vezes, esses sinais são menosprezados e esses jovens negligenciados, situação que incorre em comprometimentos à saúde mental e no desempenho durante a preparação e na resolução da própria prova, ressaltando, ainda, a necessidade de intervenções dos profissionais da saúde, dos educadores e das famílias que busquem auxiliar esses jovens.

Dessa forma, em fase de curso pré-vestibular, os estudantes ficam expostos a um grande número de dificuldades capazes de causar desgastes emocionais, sendo o estresse uma das principais formas de manifestação dessa situação. Considerado um fator prejudicial à saúde, o estresse é apresentado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014) como uma percepção hipersensibilizada de ameaças reais ou imaginárias, capaz de causar danos ao equilíbrio do organismo e de interferir na sua capacidade de responder aos

estímulos do meio, sendo comuns relatos de dificuldade de concentração, de lembrar eventos cotidianos e de realizar tarefas que exigem foco.

Na população feminina os sintomas de estresse são mais prevalentes do que na masculina, quadro que se repete entre as adolescentes que estudam em cursinhos (FARIA; WEBER; TON, 2017). Entre essas jovens também são predominantes os níveis mais agudos de estresse, visto que, de modo geral, a sociedade imprime às mulheres uma sobrecarga maior de exigências. De maneira semelhante, os estudantes com mais de três anos de cursinho apresentam-se em fases avançadas de estresse, por exemplo, na fase de exaustão. Além disso, para esses dois grupos, são comuns as comorbidades cefaleia e transtornos de humor (SANTOS et al., 2017).

Outra implicação psicológica da experiência vivida pelos alunos em cursos pré-vestibulares é o TAG (transtorno de ansiedade generalizada). Segundo o DSM-V (2014), as principais características do TAG são ansiedade e preocupação persistente e excessiva em vários campos relacionais do indivíduo, como o desempenho escolar. Os sintomas mais recorrentes dessa psicopatologia são: fatigabilidade, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular e perturbação do sono.

Um estudo realizado com 137 estudantes de um cursinho evidenciou que entre os participantes a prevalência de sintomatologia de TAG foi 41,4%, em que os maiores escores de ansiedade estavam relacionados à prova do vestibular (87,5%), que podem aumentar em até 49% a probabilidade de TAG. Essa prevalência é considerada alta quando comparada aos índices de outras populações, maior até mesmo que as taxas de TAG entre alunos do Ensino Médio e do Ensino Superior (SCHONHOFEN et al., 2020). No ano anterior, na pesquisa realizada por Pelazza et al (2019) com 96 alunos de um cursinho, 30,2% dos participantes apresentaram algum nível de ansiedade de moderada a grave, sendo entre as adolescentes o maior índice e também os casos mais graves.

De fato, a ansiedade e o estresse são manifestações comuns das implicações psicológicas apresentadas pelos alunos que se submetem a períodos de preparação em cursinhos. Contudo, vale mencionar que, segundo a pesquisa produzida por Rocha (2010), são encontrados índices também consideráveis de outros sofrimentos psicológicos relacionados a esse processo, como depressão, compulsão alimentar, distúrbios do sono e suicídio. Além disso, faz-se importante o destaque de como

muitos desses estudantes referenciam o que sentem no período de preparação para o vestibular, a saber, alguns dos relatos fazem alusão a sentimento de: fracasso, culpa, desesperança, abandono, vergonha, tédio, indiferença, solidão, rejeição, inferioridade, inutilidade, remorso e desprezo por si mesmo. Tais sentimentos interferem profundamente na saúde, nos relacionamentos e na vida acadêmica desses jovens.

Entretanto, frente à escassez de intervenções profissionais nesse contexto, muitos vestibulandos têm se submetido ao uso de psicofármacos e de estimulantes cerebrais sem prescrição médica. Por exemplo, em um estudo foram entrevistados 66 alunos que iriam prestar vestibular, e constatou-se que 54.5% responderam que fariam uso de algum tipo de estimulante cerebral como o metilfenidato (Ritalina®) (SOUZA; TEIXEIRA, 2016). Além da Ritalina®), outros estimulantes cerebrais de consumo comum entre os pré-vestibulando, mais comum até que entre os alunos do Ensino Superior, são: cafeína, pó de guaraná, modafinila, piracetam, energético, anfetamina e ecstasy. Tais substâncias, em longo prazo, podem causar reações adversas em todo o organismo, como tolerância e dependência química (SANTANA et al., 2020).

No mesmo sentido, Cassimiro (2012) não apenas reconhecem os aspectos discutidos anteriormente a respeito das fragilidades vividas pelos estudantes nos cursos pré-vestibulares, mas também alerta sobre os altos índices, neste público, da automedicação de psicofármacos de venda restrita à retenção da receita. Na pesquisa desse autor, dos 886 alunos que compuseram a sua amostragem, 182 (20,5%) faziam uso de algum tipo de psicofármaco e, entre estes, 21% automedicavam-se, sendo os antidepressivos a classe de remédios mais comumente usada. Valendo-se ressaltar que, embora possa ser eficaz no auxílio de tratamentos de psicopatologia, o uso inadequado de psicofármacos pode causar danos à saúde, principalmente a vidas em estágios jovens do desenvolvimento como a desses vestibulandos (CASSIMIRO, 2012).

Portanto, o período de preparação para os exames vestibulares em cursinhos é realmente um fator de risco à saúde dos estudantes. Logo, apesar de os cursos preparatórios, muitas vezes, contribuírem para que os alunos conquistem uma vaga no Ensino superior, também podem ser fontes de sofrimentos psicológicos intensos e de violências sociais inadmissíveis. É necessário, então, que se disponibilize atenção e cuidado a esses jovens, seja pela inclusão de profissionais de saúde

mental nesse contexto, seja pelo desenvolvimento de ações teoricamente bem fundamentadas, que considerem a observação da realidade e que articulem discussões sociais, políticas e psicológicas em prol da democratização do acesso à Educação de qualidade, ou seja, sem discriminação como as de raça/cor e de renda e em prol da legitimação das singularidades da experiência dos jovens vestibulandos, para além de um reconhecimento apenas teórico, mas também das aplicações práticas pertinentes ao contexto dos vestibulandos e dos cursinhos (SILVA; ZANINI, 2011; SCHONHOFEN et al, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados a respeito das barreiras ao acesso democrático ao Ensino Superior fica evidente a urgência do exercício congruente do papel do Estado de viabilizar condições de equidade ao ingressante. Portanto, faz-se fundamental não apenas reconhecer que um dos efeitos de classe é a redução das chances de graduação em nível superior para jovens em situação de vulnerabilidade social, mas também é essencial que sejam, a partir disso, estudadas, planejadas e executadas ações que visem mudanças nessa situação inaceitável.

Além disso, também ficou explicito que o número insuficiente de vagas em IES públicas é mais um entrave ao acesso ao Ensino Superior e, na ausência de ações efetivas de solução dessas incongruências, os jovens têm buscado os cursos pré-vestibulares como uma alternativa de emenda possível ao problema. Entretanto, essa estratégia, embora eficiente no objetivo de favorecer a ampliação das chances de ingresso, especialmente quando o curso preparatório é realizado duas ou mais vezes, é imperativo salientar que o custo pode ser extremamente alto, não só em relação ao dinheiro e ao tempo gastos, mas, sobretudo, à exposição desses jovens a sofrimentos intensos, capazes de gerar implicações psicológicas graves e, muitas vezes, invisibilizadas e negligenciadas.

Desse modo, é seguro afirmar que é recomendável reunir informações sobre repercussões éticas, sociais e emocionais dessa experiência em prol do aprimoramento das intervenções da Psicologia nesse contexto. Todavia, assim como na pesquisa de Schonhofen et al (2020) foram encontradas poucas publicações sobre esse assunto, confirmando mais uma vez o fenômeno de indisponibilidade do cuidado dedicado a esse público.

Situação que ainda piora ao se observar que os estudos são ainda mais escassos, ou até mesmo inexistentes, quando o grupo geral, compostos por estudantes de cursos pré-vestibulares, é separado em subgrupos. Por exemplo, os vestibulandos do sexo feminino, da escola pública e da cor preta ou parda têm as suas experiências vividas no período de preparação em cursinhos pré-vestibulares discutidas de modo limitado. Outro subgrupo também invisibilidazado e negligenciado é de vestibulandos veteranos, que vivem essas situações de risco à saúde mental repetidamente. Assim, fica evidente que é recomendável destinar atenção e cuidado qualificados ao pré-vestibulando e que se ampliem as pesquisas que objetivem favorecer a compreensão das experiências dos alunos de pré-vestibulares, e a produção de intervenções que objetivem auxiliar esses estudantes na prevenção de agravos psicológicos e na promoção de saúde.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP**). Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: Apresentação. Brasília. Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: Resultados Enem 2019. 2020b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/apresentacao_resultados_enem_2019.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2019**: notas estatísticas. Brasília. Ministério da Educação, 2020c. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Inep) **Relatório pedagógico:** Enem 2011-2012. Brasília. Ministério da Educação, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Relat%C3%B3rio+Pedag%C3%B3gico+Enem+2011-2012/b29257e3-2a6c-44a3-992a-02130c379ba9?version=1. Acesso em 15 nov. 2020.

BRASIL. TODOS PELA EDUCAÇÃO. (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019.** São Paulo: Moderna, 2020d. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em 18 set. 2020.

CASSIMIRO, Eber Eustáquio. Frequência do uso de psicofármacos entre jovens estudantes que cursam pré-vestibulares. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p. 27-36, dez 2012.

DAOLIO, Carla Cristina; NEUFELD, Carmem Beatriz. Intervenção para stress e ansiedade em pré-vestibulandos: estudo piloto. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis , v. 18, n. 2, p. 129-140, dez. 2017.

DIAS, Ana Paula da Silva et al. Saúde mental de adolescentes e jovens que se preparam para cursos de medicina: um estudo de caso em São Paulo, Brasil. **Revista Humanidades e Educação,** São Paulo, v, 8, n. 5, p. 310-315, fev. 2020.

FARIA, Rafaela Roman de; WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj; TON, Cláudia Tucunduva. O estresse entre vestibulandos e suas relações com a família e a escolha profissional. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 30, n. 68, nov. 2017. ISSN 1980-5942.

FREIRE, Paulo. A concepção "bancária" e a contradição educador-educando. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. n.p.

FUVEST. **Fuvest divulga relação candidato/vaga para o vestibular da USP 2021**. 2020. Disponível em: http: //jornal.usp.br/?p=368170. Acesso em: 18 nov. 2020.

GOMES, Válter; TAYLOR, Maria de Lourdes Machado; SARAIVA, Ernani Viana. O ensino superior no brasil: breve histórico e caracterização. **Cia. & Tróp. Recife,** Recife, v. 1, n. 42, p. 127-152, ago. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar, 2020**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar. Acesso em: 18 nov. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. Disponível em: Acesso em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf

LEVENFUS, R. S. **Faça o Vestibular com seu filho, faça o vestibular com os seus pais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19**: escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em: 15 nov. 2020.

PELAZZA, Bruno Bordin et al. Adolescentes na fase pré-vestibular um estudo da ansiedade, hipertensão, fatores antropométricos e hemodinâmicos associados. **Nursing**, São Paulo, v. 259, n. 22, p. 3398-3404, dez. 2019.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Verdades e mentiras sobre o financiamento da educação. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 57-64.

ROCHA, Célia Regina da Silva. **Depressão, compulsão alimentar e distúrbios do sono em estudantes do terceiro ano do ensino médio e de cursos pré-vestibulares**. 2010. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, ago. 2018.

SANTANA, Luíza Côrtes et al . Consumo de Estimulantes Cerebrais por Estudantes em Instituições de Ensino de Montes Claros/MG. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, n. 1, e036, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Fernando Silva et al. Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 2, p. 194-200, jun. 2017.

SCHONHOFEN, Frederico de Lima et al. Transtorno de ansiedade generalizada entre estudantes de cursos de pré-vestibular. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 179-186, July 2020.

SILVA, Lorena Soares Dias e; ZANINI, Daniela S. Coping e saúde mental de adolescentes vestibulandos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 16, n. 2, p. 147-154, ago. 2011.

SOUZA, Sainara Rodrigues de; TEIXEIRA, Irenides. O adoecimento psíquico vivenciado na adolescência no período pré-vestibular. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 63-72, set. 2016.

TARGINO, Rafael. **"Concorrência" no ensino superior brasileiro é de 1,46 candidatos por vaga**. 2011. Disponível em:

https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/01/14/concorrencia-no-ensino-superior-brasileiro-e-de-146-candidato-por-vaga.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

TRIGUEIRO, Emília Suitberta de Oliveira. **Adolescentes, o doping intelectual e o acesso ao ensino superior**. Curitiba: Appris, 2019.

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). **Uncisal aplica provas do vestibular 2020 neste final de semana**: Confira a concorrência!. 2020. Disponível em: https://novo.uncisal.edu.br/noticias/uncisal-aplica-provas-do-vestibular-2020-neste-final-de-semana-confira-a-concorrencia. Acesso em: 19 nov. 2020.

Universidade Estatual da Bahia (UNEB). **Processo seletivo vestibular UNEB 2020.1**: quadro de concorrência dos cursos. 2020. 2020. Disponível em: http://vestibular2020.uneb.br/wp-content/uploads/2019/12/concorrencia_vestuneb2020.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

Universidade Federal do Cariri (UFCA). **Resultado final compilado do processo seletivo do SISU 2019.2.** Barbalha, CE, 2019. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/11/19.2-Resultado-FINAL-COMPILADO.pdf . Acesso em: 19 nov. 2020.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **Lista de convocados 1ª chamada:** SISU 2019**.** Caicó, RN, 2019. Disponível em: http://sisu.ufrn.br/documentos.php?id=339412675. Acesso em: 19 nov. 2020.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 289-297, dez. 2010.